



**Eixo 4: Direitos Geracionais.**

**Políticas de infância e adultocentrismo: problematizando práticas de proteção a crianças e jovens**

**Autor(a) 1<sup>1</sup>**

**Autor(a) 2<sup>2</sup>**

**Autor(a) 3<sup>3</sup>**

**Resumo:**

Este trabalho problematiza práticas de proteção na relação entre políticas de atendimento à infância e juventude e adultocentrismo. Reúne reflexões construídas a partir de dois trabalhos de mestrado de pesquisa-intervenção. Em um busca-se analisar práticas adultocêntricas nas políticas públicas para as infâncias, a partir de roda de conversa com trabalhadoras(es) da assistência social, saúde e educação. Em outro problematizam-se práticas de trabalho nos Serviços de Acolhimento Institucional destinados a crianças e jovens, através de entrevistas com assistentes sociais e psicólogas. As pesquisas discutem lugares instituídos de adultos, crianças e jovens nas políticas de direito à proteção, e a importância da ampliação de processos de participação para afirmação como sujeitos políticos.

**Palavras-chave:** Infância; Políticas públicas; Participação social; Proteção da criança; Etarismo.

**Childhood and adult-centrism policies: problematizing protection practices of children and young people**

**Abstract:**

This paper raises concerns on protection practices in the relationship between child and youth care policies and adultcentrism. It brings together reflections compiled from two master's degree research-intervention papers. One reflection seeks to analyze adult-centric practices in public policies for children, based on conversations with workers in social service, health and education fields. Another one expresses concerns on practices in Institutional Reception Services for children and young people through interviews with social workers and psychologists. These pieces of research discuss the established placement of adults, children and young people in policies about their rights to protection, and the importance of expanding their participation in processes to assert themselves as political subjects.

**Keywords:** Childhood; Public policies; Social participation; Child welfare; Ageism.

**1 Introdução**

Abordar a infância, experiência vivida de modos tão diversos, pode evocar imagens e noções familiares, por vezes naturalizadas como sendo comuns a todas as

---

<sup>1</sup> Titulação, filiação e e-mail.

<sup>2</sup> Titulação, filiação e e-mail.

<sup>3</sup> Titulação, filiação e e-mail.

pessoas. Essas noções relativas à infância são historicamente construídas e atravessam cotidianamente as relações entre adultos, crianças e jovens.

O sentimento de infância, como consciência de uma particularidade infantil, que distinguiria crianças de adultos, constituiu-se ao longo da história (ARIÈS, 2001). Embora a criança tenha desde sempre existido, a infância, pelo contrário, é uma experiência inventada. No período histórico mais recente, que marca a constituição da modernidade, estudos como de Philippe Ariès, realizados no contexto europeu, apontam a construção de diversos modos de relação com a infância, diferentes sentimentos ou consciência, que possibilita(ra)m experimentá-la desde um lugar de completa inexistência e indiferenciação em relação a pessoas adultas, a um lugar de centralidade e grande investimento de atenção por parte da família e do Estado. Nesse contexto, os discursos de saberes da medicina, pedagogia e psicologia, que se instituíram desde o século XVII como saberes científicos, estão na base da produção do sujeito criança e de certas noções relativas à infância, que passam a ser tomadas como objetos de intervenção e produção desses discursos (FOUCAULT, 2001). Importante destacar que criança, família e processos de escolarização se constituem em mútua alimentação (ARIÈS, 2001), em uma história que é social, política, econômica e genderizada.

Em meio à produção de saberes e fazeres, com centralidade europeia, e muito aportada em ideais universalizantes, fortalece-se certa noção de infância, constituída hegemonicamente, caracterizada por imagens de fragilidade, pureza, inocência e pelo desconhecimento sobre o mundo. Esses são parâmetros de uma imagem universal de criança, que deve ser bem orientada e controlada em seu desenvolvimento, visando alcançar o adulto desejado, produtivo e moralmente aceito. Essa direção pensa a criança como algo que “vai ser”, uma tabula rasa onde serão assentados os alicerces de uma sociedade ideal (JENKS, 2002), a partir do referencial de um adulto-padrão, traduzido como um sujeito economicamente produtivo, independente, racional e disposto ao relacionamento amoroso heterossexual e monogâmico (LAPASSADE, 1975).

Tais discursos ganharam força e relevância nos últimos séculos e estão também presentes nas políticas de educação, saúde, assistência, relativas às crianças. Comparecem nos livros de autoajuda, nas propagandas, apostilas, manuais e cursos que embasam o mundo profissional daquelas(es) que vivem, no seu cotidiano, um trabalho relacionado às infâncias (SARMENTO, 2015). A infância idílica, universalizada, tomada

como um bloco de experiências, fase de desenvolvimento ou uma faixa etária comum a todas(os) e vivida (ou que deveria ser) de modo próximo entre todas as pessoas, escamoteia diferenças e desigualdades importantes no modo de ser criança, no modo de viver as infâncias e nas relações entre adultos e crianças.

A crítica à invisibilidade da diversidade e desigualdade que marca as infâncias é uma direção das pesquisas aqui reunidas nesse trabalho de escrita. Na oportunidade dessa apresentação partilha-se problematizações trabalhadas a partir de dois processos de pesquisa realizados no âmbito do mestrado da pós-graduação em XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX da XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, um já finalizado e outro em andamento. Ambos se ligam a um grupo de orientação coletiva acompanhados por uma docente que compõe essa escrita. Essas pesquisas vinculam-se à pesquisa-intervenção de direção institucionalista (LOURAU, 1993), no aporte da Análise Institucional apropriada no Brasil (RODRIGUES, 1996; ALTOÉ, 2004), e no trabalho com metodologias participativas, tendo como dispositivos de pesquisa a produção de diários de campo e a conversa com profissionais atuantes em políticas públicas no trabalho com crianças.

Em uma das pesquisas, realizadas entre 2020 e 2022, além dos diários de pesquisa (LOURAU, 1993), também se contou com a produção de um dispositivo grupal, realizado no formato de Rodas de Conversa em modo *online*, envolvendo cerca de nove participantes, trabalhadoras(es) de políticas da assistência social (Serviços de Acolhimento Institucional), saúde (Unidade de Saúde e Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil) e educação (Escola Municipal de Ensino Fundamental), de cinco municípios do estado do Espírito Santo.

Em outra pesquisa, iniciada em 2022, em andamento, o objetivo é mapear e problematizar as práticas de trabalho da equipe técnica dos Serviços de Acolhimento Institucional (SAI) destinados a crianças e jovens. Há um foco mais específico para a política de assistência social, especialmente para as práticas realizadas como acolhimento e proteção. A pesquisa, além dos diários da pesquisadora, conta com a produção de entrevistas com profissionais, psicólogas e assistentes sociais, trabalhadoras nesse campo. O problema de pesquisa surgiu a partir da experiência de trabalho vivenciado pela mestranda em um SAI situado no estado do Espírito Santo. Até o presente momento,

foram realizadas entrevistas com cinco profissionais, sendo possível tecer algumas reflexões a partir desses encontros.

## **2 Pesquisando as relações entre Políticas públicas e adultocentrismo**

Nos processos hegemônicos que atravessam a produção das infâncias há saberes e fazeres que reforçam processos de desigualdades entre crianças e adultos e discriminações, mesmo criminalizações, de certos modos de viver a infância (JENKS, 2002). O campo dos estudos da criança, constituído no século XX, e que aglutina investidas críticas a respeito da infância realizadas a partir do campo da filosofia, sociologia, antropologia e outras áreas, põe em questão estudos vinculados ao campo da psicologia, da sociologia e da educação, que embasam perspectivas de desenvolvimento e socialização redutoras da diversidade das infâncias e de sua condição como ser pleno no momento de sua existência, ou seja, como legítimo sujeito. A agenda crítica desses estudos (SARMENTO, 2015) afirmam a agência desses sujeitos, a capacidade de crianças participarem de seus processos de vida e assumirem uma condição ativa como sujeitos políticos (CASTRO, GRISOLIA, 2016).

No campo da Sociologia da Infância encontramos práticas de pesquisa que contribuem para a produção de conhecimento que contingenciam as concepções prévias que constituem a noção de infância universal. No Brasil, este campo se constitui na intercessão entre educação, psicologia e ciências sociais desde a década de 1970, tendo como temas mais presentes a questão da exclusão social, gênero, educação infantil, currículo, políticas públicas e relações étnico-raciais (ABRAMOWICZ, 2018).

Nestes estudos a noção de adultocentrismo surge a partir da problematização da centralidade da organização dos modos de viver em torno do adulto e de uma relação de desigualdade etária que tem pouca visibilidade. A partir do entendimento instituído que há dois lugares possíveis e engessados para se compreender a vida (adulto e criança), que fazem parte de um mesmo contínuo linear afirmado pelas teorias do desenvolvimento, a criança é sempre pensada em oposição, em função do adulto e não como uma existência singular (ABRAMOWICZ, 2018).

No exercício de questionar a naturalização dessas noções acerca da relação entre adultos e crianças, tomar o adultocentrismo como problema possibilita colocar em evidência as práticas de cerceamento e controle das infâncias, reduzida como uma

passagem a outro estado mais completo ou desenvolvido, assim como a relação deste pensamento com noções presentes nos processos históricos de colonização. A partir da hegemonia dos modos de vida do homem branco europeu, sustentou-se o discurso de dominação das sociedades consideradas como inferiores ao patamar civilizatório, a partir de práticas de racialização e hierarquização (NOGUERA, 2019).

Tal funcionamento remete a uma colonização da infância como uma fase da vida, em que as concepções de criança e infância são atravessadas pela perspectiva do adulto-padrão (LAPASSADE, 1975), ou seja, um ideal de homem branco, heterossexual e com plenas capacidades cognitivas e físicas, e a conseqüente exclusão ou correção daquelas que mais se distanciam deste ideal. Desse modo, para se alcançar esse ideal necessariamente há caminhos bem restritos e previamente traçados, que visam um final de sucesso, de prosperidade e de progresso, não somente individual, mas de uma sociedade como um todo. Esses são ideais presentes nas narrativas importadas do “centro do mundo”, que produzem novos centros por onde se infiltram, deixando às margens aqueles(as) que não servem a esses propósitos, tendo como efeito diferentes práticas de eugenia, controle e exclusão (RODRIGUES; PRADO; ROSEIRO, 2018).

Essa produção discursiva não é restrita às(aos) especialistas e aos estabelecimentos que lidam diretamente com as crianças, é capilarizada nas práticas cotidianas (FOUCAULT, 2006). Nesse sentido, ater-se às práticas propõe desviar o olhar dos objetos supostamente naturais e universais, como no caso das concepções de infância e criança, para as práticas que os produzem, colocando-as em questão (VEYNE, 1998).

No Brasil, o campo das políticas públicas é atravessado pela reprodução e tensionamento das práticas adultocêntricas, cujo efeito é o enquadramento de crianças e jovens, principalmente negras e pobres, nos ideais coloniais (FIM; CÉSAR, 2022). Desde o período colonial, a assistência até então produzida para crianças e jovens se deu a partir de um conjunto de medidas baseadas na lógica higienista e de inspiração normativo-jurídica, tendo como efeito a institucionalização do cuidado e a criminalização das infâncias negras e pobres, produzindo um quadro de desassistência, abandono e exclusão a partir de uma lógica de enquadramento e de isolamento das crianças e jovens considerados desviantes (NASCIMENTO; SCHEINVAR, 2005).

Atualmente, ainda que muitos esforços tenham sido realizados ao longo do século XX para ampliação e problematização no campo das políticas da infância e

juventude, ainda são vivenciados os efeitos de uma história de racismo, branquitude, patriarcalismo, adultocentrismo, constituidora de nosso país. Nesse contexto, os espaços a que se destinam crianças que subvertem a ordem das fases do desenvolvimento, dos rumos previamente traçados dos processos de ensino-aprendizagem, das identidades heteronormativas, do modelo produtivo baseado na propriedade privada, dos corpos não brancos e dos protocolos médicos, pedagógicos e psicológicos, são muito bem demarcados. Os processos de patologização e a judicialização de determinados corpos demonstra que, para as crianças negras, pobres, afeminadas, masculinizadas, moradoras de rua, das favelas, que não acompanham a escola, que “matam” aula, que desobedecem às famílias, às escolas, ou que não tem mães, pais e professores(as), que não respondem à socialização do modo como esperado, resta apenas (nos termos atuais) o medicamento, o tratamento médico e psicológico, a socioeducação (FIM; CÉSAR, 2022).

Desse modo, colocar em análise a relação entre infâncias, políticas públicas e práticas adultocêntricas é um desafio para ampliação da participação nos processos de cuidado que fazem parte do trabalho nos estabelecimentos destinados às infâncias e às juventudes. Há nesses cotidianos o desafio de enfrentar desigualdades etárias inflamadas pelas interseccionalidades sociais, étnico-raciais e de gênero (CRENSHAW, 2004), tendo em vista que as relações entre adultos e crianças construídas nos espaços dessas políticas podem ser atravessadas por aquilo que Achille Mbembe (2017) define como as topografias recalcadas da crueldade, ou seja, as práticas coloniais onde ainda o poder soberano de morte comparece.

Com o intuito de possibilitar a coletivização de análises acerca das práticas adultocêntricas no contexto das políticas públicas destinadas às infâncias, no âmbito da pesquisa "XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX", foram realizadas Rodas de conversa com um grupo formado por trabalhadoras(es) vinculadas(os) a diferentes políticas públicas e que tinha, a princípio, o intuito de possibilitar a coletivização dos desafios enfrentados pelas(os) trabalhadoras(es) das políticas públicas destinadas às infâncias em meio à pandemia de Covid-19. Ao longo do processo grupal, os encontros caminharam na direção de acompanhar e distinguir os gestos, fazeres e dizeres atravessados pelo adultocentrismo, assim como acompanhar as práticas de tensionamento e abertura para modos menos desiguais e mais diversos dessa relação. Ao todo foram realizados oito encontros quinzenais entre setembro e dezembro

de 2020. Os encontros foram registrados no diário de pesquisa (LOURAU, 1993), de modo a possibilitar o acompanhamento das discussões vivenciadas, visando ampliá-las e complexificá-las a partir da análise realizada como parte da escrita da dissertação.

Na direção do enfrentamento às desigualdades presentes na relação atravessada pelo adultocentrismo e por visões de preconceito racial, de gênero e sexualidade, e que constituem as políticas públicas e os dispositivos de intervenção nas infâncias, é que também no âmbito da pesquisa “XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX”, realiza-se entrevistas-conversas (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013) com trabalhadoras de Serviços de Acolhimento Institucional (SAI) a crianças e jovens na Grande Vitória/ES. A pesquisa pergunta pelas políticas de proteção construídas na direção das infâncias. De uma pesquisa a outra está em jogo a relação construída com crianças e jovens no âmbito de políticas públicas, pensadas e tensionadas como políticas de proteção às infâncias e juventudes.

A Roda de Conversa operou como um dispositivo grupal, cogestivo, de análise coletiva, cujo exercício foi de colocar em jogo um conjunto de enunciados e discursos atualizados nas práticas cotidianas, produzindo neles intervenção e ampliação. Buscamos, assim, construir um meio que pudesse produzir um campo de sustentação de uma experiência coletiva que aposta na transversalidade, rompendo as barreiras que separam os diferentes serviços e as disciplinas acadêmicas e assumindo a dimensão política das questões que aparentemente surgem como problemas individuais presentes no cotidiano de cada um(a) (MELO; SCHAEPPPI; SOARES; PASSOS, 2015).

Nas entrevistas buscou-se a construção de um dispositivo que oportunizasse conversa a respeito do que se faz e como se faz proteção, os desafios vividos na experiência cotidiana dos serviços de acolhimento, tensionamentos e experiências possíveis em que a criança e jovem e trabalhadoras(es) surgem potencializados pela experiência de cuidado partilhado.

Vale considerar, que a direção ético-política de problematização desse fazer é de acessar as práticas. Ainda que a “proteção” como noção seja bastante difundida nas normativas que orientam o trabalho com crianças, há diferentes fazeres e saberes que comparecem nas práticas. Nas diversas formações profissionais, frequentemente baseadas em modelos hegemônicos, há uma tendência a acreditar em atuações que possuem uma certa objetividade e neutralidade. Entretanto, com a pesquisa, considerou-

se importante explorar as práticas desenvolvidas na relação trabalhadoras(es)-crianças e jovens através da análise de implicação, ferramenta que compõe a Análise Institucional, e que vai contingenciar a posição neutro-positivista, buscando analisar os interesses envolvidos e os efeitos que as práticas têm na produção dos sujeitos e relações em geral, ou seja, no lugar que ocupam na história (COIMBRA; NASCIMENTO, 2005). As entrevistas-conversas amparadas pela análise de implicação, permitiram a análise de como o fazer cotidiano está imbricado nos processos históricos, atualizando ou tensionando lógicas que atravessam a relação com as infâncias.

### **3 Considerações finais**

Os encontros de conversa e problematização entre trabalhadoras(es) realizados na primeira pesquisa apontaram pistas para o exercício ético-político que envolve a atuação com crianças, possível na medida em que envolva também as(os) adultas(os), de modo que a “criança adoecida”, a “criança problema” ou até mesmo a “criança potencializada” não surge sem relação de reciprocidade e de coemergência. Desse modo, diante da criança obstacularizada em seus processos de criação, demanda-se o cultivo de um agir criançaável (VICENTIM; GRAMKOW, 2018), que pode ser afirmado como gestos de cuidado e de produção de saúde, possíveis na ampliação da participação das crianças e jovens e no deslocamento dos lugares instituídos do adulto que supostamente é responsável pelo “cuidado” (FIM; CÉSAR, 2022).

A lógica adultocêntrica colonial também comparece nos SAIs para crianças e jovens, equipamentos do Sistema Único de Assistência Social, que têm o objetivo de garantir a proteção e a efetivação dos direitos de pessoas que tiveram vínculos familiares e comunitários rompidos (BRASIL, 2014). Embora seja uma política relativamente recente, os locais destinados exclusivamente a abrigar crianças e jovens surgem ainda no período histórico Colonial no Brasil e apontam para a relação com movimentos higienistas, que se alimenta(ra)m mutuamente com a produção e sustentação do racismo (RIZZINI; PILOTTI, 2009).

A segunda pesquisa tem permitido analisar modos de operar nos SAIs que estreitam relações entre práticas de proteção, lógica tutelar e adultocentrismo. Nessa correlação as práticas podem infantilizar, silenciar, assujeitar, paralisar e cercear a vida. Sob o mote da proteção tutelada a crianças e jovens reforçam-se desigualdades e



violências. A pesquisa tem apontado, como possibilidade de desvio à lógica adultocêntrica instituída, que a promoção de práticas de participação assume importância especial no contexto da proteção (CARVALHO; SILVA, 2016).

A relação entre proteção e participação é uma pista para pensar o trabalho com as infâncias, que retira a(o) criança/jovem da condição de desigualdade e recoloca-as(os) como atores sociais ativos e participantes. Há entre essas noções tensionamentos historicamente situados, tendo em vista as práticas de tutela que se dão em meio aos discursos em nome da proteção. Tais debates ocorrem desde o momento de constituição da Declaração dos Direitos da Criança, entre perspectivas mais protetivas, embasadas nas teorias desenvolvimentistas que compreendiam a criança como incompleta e exposta ao risco, e perspectivas mais participativas, que consideravam a possibilidade de participação das crianças na vida pública, na medida em que adultos pudessem possibilitar condições para esse movimento (ROSEMBERG; MARIANO, 2010).

No Brasil, a sanção do ECIAD em 1990 trouxe aspectos protetivos e participativos em sua constituição, mas com especial destaque ao caráter protetivo, pois se buscou controlar a situação das crianças e dos adolescentes do país, que em sua maioria viviam em uma situação de grande pobreza e sem acesso às políticas públicas. Em meio às práticas adultocêntricas racistas e cisheteronormativas e um contexto de intensificação de uma política neoliberal na década de 1990, o debate acerca do caráter majoritariamente protetivo das políticas públicas e do espaço inexistente à participação das crianças na formulação e execução dessas políticas ficou em segundo plano, sendo o foco naquele momento garantir a vida adulta produtiva às crianças e jovens que viviam processos de exclusão.

Desse modo, considerar a participação das crianças e jovens na elaboração e execução das políticas às quais cotidianamente estão destinadas(os), aponta para a necessidade de repensar as práticas e produzir questionamentos a partir dos desafios vivenciados pelas(os) trabalhadoras(es) das políticas públicas destinadas às infâncias e juventudes, como no caso dos SAIs. Para isso, faz-se necessário levar em consideração as relações desiguais nas quais crianças e jovens estão inseridos, assim como o lugar de objeto do cuidado em que são produzidas historicamente. O direito à proteção e participação é vivido no Brasil de modo desigual e excludente.

É preciso não apenas reconhecer, mas também valorizar e incorporar ativamente

espaços que possibilitem a participação infantil nos desdobramentos do encontro das vidas de crianças e jovens com as políticas sociais e o direito a uma vida digna e plena, a fim de criar/sustentar práticas comprometidas com a ampliação e afirmação da vida destes como sujeitos políticos.

#### 4 Referências

ABRAMOWICZ, Anete. Sociologia da Infância: traçando algumas linhas. **Contemporânea**: revista de sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 8, n. 2, p. 371-383, 2018.

ALTOÉ, Sonia. Apresentação. In: **René Lourau**: analista institucional em tempo integral. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 66-86.

ARIÈS, Philippe. Da família medieval à família moderna. In: ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1981. Cap. 16. p. 225-271.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome. **Tipificação nacional de serviços socioassistenciais**. Brasília, 2014. 64 p.

CARVALHO, Regiane S.; SILVA, Ana P. S. A participação infantil em foco: uma entrevista com Natália Fernandes. **Psicologia em Estudo**, v. 21, n. 1, p. 187-194, 12 jul. 2016.

CASTRO, Lucia R. de; GRISOLIA, Felipe S. Subjetivação pública ou socialização política? sobre as articulações entre o “político” e a infância. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 137, 2016.

COIMBRA, Cecília M. B.; NASCIMENTO, Maria L. do. Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? **JOVENes: Revista de Estudos sobre Juventud**. México, D.F., ano 9, n. 22, p. 338-355, jan./jun. 2005.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Cruzamento: raça e gênero**. Unifem, Brasília, 2004.

FOUCAULT, Michel. Mesa-redonda em 20 de maio de 1978. In: MOTTA, Manoel de B. da (org.). **Ditos & Escritos IV**: estratégia, poder-saber. Estratégia, Poder-Saber. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006c. p. 335-351.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: Curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JENKS, Chris. Constituindo a criança. **Educação, Sociedade e Culturas**, Porto, n° 17, p. 185-216, 2002.

LAPASSADE, Georges. O adulto-padrão. In: LAPASSADE, Georges. **A entrada na vida**. Lisboa: Edições 70, 1975. Cap. 11. p. 263-298.

LOURAU, René. **René Lourau na UERJ: Análise Institucional e Práticas de Pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993. 118 p.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2017.

MELO, Jorge J.; SCHAEPPPI, Paula B.; SOARES, Guilherme; PASSOS, Eduardo. Acesso e Compartilhamento da Experiência na Gestão Autônoma da Medicação: o manejo cogestivo. In: SAÚDE, Ministério da (org.). **Cadernos HumanizaSUS: volume 5 - saúde mental**. Brasília: Secretaria de Atenção À Saúde, 2015. p. 233-248.

NASCIMENTO, Maria L. do; SCHEINVAR, Estela. Infância: discursos de proteção, práticas de exclusão. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 51-66, dez. 2005.

NOGUERA, Renato. O poder da infância: espiritualidade e política em afroperspectiva. **Momento - Diálogos em Educação**, ABNT, v. 28, n. 1, p. 127-142, abr. 2019. ISSN 2316-3100

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco J. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

RODRIGUES, Alexsandro; PRADO, Caio; ROSEIRO, Steferson Z. Para te assombrar, aqui estamos: corpos não recomendados de crianças demasiadamente reais. In: RODRIGUES, Alexsandro (org.). **Crianças em dissidências: narrativas desobedientes da infância**. Simões Filho: Editora Devires, 2018. p. 11-34.

RODRIGUES, Heliana de B. C.; BENEVIDES, Regina D. B. História do movimento institucionalista: A década de 60, seus efeitos no pensamento, nas intervenções e práticas sociais. **Mimeo**, 1996.

ROSEMBERG, Fúlvia; MARIANO, Carmem L. S. A convenção internacional sobre os direitos da criança: debates e tensões. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 40, n. 141, p. 693-728, Dez. 2010.

SARMENTO, Manuel J. Uma agenda crítica para os estudos da criança. **Currículo Sem Fronteiras**, Braga, v. 15, n. 1, p.31-49, Jan. 2015.

TEDESCO, Silvia H.; SADE, Christian; CALIMAN, Luciana V. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 25, n. 2, p. 299–322, maio 2013.

VEYNE, Paul. Foucault revoluciona a história. In: VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 237-285.

VICENTIN, Maria C. G.; GRAMKOW, Gabriela. Pistas para um agir criancável nas experiências de conflito. **Etd - Educação Temática Digital**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 368-390, 11 abr. 2018. Universidade Estadual de Campinas.